

1 - PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.

DIRETRIZES	AÇÕES
Fomento a ações de conservação e de recuperação de áreas críticas	Incentivar programas de prevenção e controle da bioinvasão junto à Capitania dos Portos
	Desenvolver estratégias para mitigação dos processos erosivos em praias em risco alto e muito alto de erosão.
	Desenvolver estratégias para recuperação da parte emersa da AME Ilha da Moela.
	Desenvolver estratégias para recuperação ambiental dos manguezais do Rio Itapanhaú e Canal de Bertioga no município de Bertioga.
	Manter diálogo e apoiar ações de recuperação e controle de impactos nos manguezais do estuário de Santos e São Vicente, contíguos à APAMLC, particularmente no tocante às espécies pesqueiras de interesse no território da APA.
Desenvolvimento e fomento de ações de recuperação dos atributos da APAMLC por meio de articulação intra e interinstitucional	Articular com intuições locais que gerenciam o Centro de Reabilitação da Fauna Marinha (CETAS) de modo a diagnosticar possíveis impactos e estabelecer medidas de mitigação para o encalhe de animais marinhos.
	Diagnosticar demanda para criação de áreas intangíveis ou áreas de exclusão de atividades de alto impacto em desacordo com os objetivos da UC.
	Articular com órgãos competentes a elaboração de plano de minimização de impactos dos PDO na área da APAMLC.
	Articular com a CETESB, SABESP e municípios a elaboração de plano de melhoria contínua da qualidade do efluente lançado pelo emissário.
	Acompanhar a implantação do Plano de Saneamento dos Municípios abrangidos pela APAMLC.
	Articular com CETESB, SABESP e município de Bertioga, a elaboração de plano de minimização dos índices de metais pesados lançados nos efluentes da Estações de Tratamento de Esgoto cujo local de despejos são próximos aos manguezais protegidos pela unidade.
	Acompanhar junto a prefeitura de Bertioga os procedimentos que visam o encerramento do antigo lixão do município de Bertioga.
	Articular junto a CETESB e demais instituições retomada do programa Marinas prevendo ampliação da atuação para as áreas de rampa públicas de acesso para reformas e manutenção de barco de pesca artesanal.
Desenvolvimento de ações de combate ao descarte de lixo no mar	Articular em conjunto com o Sistema Ambiental Paulista e demais instituições a implantação de um sistema de fluxo unidirecional de ações de prevenção e mitigação dos impactos causados pelos Petrecho de Pesca Abandonado, Perdido ou Descartado (PP-APD) no meio aquático, caracterizado como petrecho fantasma, denominado Sistema de rastreamento Linha Azul.
	Acompanhar e contribuir para grupo de trabalho envolvido na construção de políticas públicas estaduais de combate ao lixo no mar.
	Promover e apoiar iniciativas de prestação de serviços ambientais para retirada de lixos no mar por pescadores, a luz do instrumento de logística reversa.
	Contribuir em campanhas de massa que visam conscientizar e sensibilizar quanto a minimização de geração de resíduos, bem como a correta destinação final pelos municípios litorâneos, sobretudo em períodos de alta temporada.
	Buscar financiamento para projetos que visem a redução de lixo no mar e fomentar a formação de agentes locais para atuação nos mesmos.

2 - PROGRAMA DE USO PÚBLICO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Articular, promover e ordenar o turismo em conjunto com os diferentes atores sociais, buscando a sua sustentabilidade.

DIRETRIZES

AÇÕES

Fortalecimento da cadeia do turismo sustentável

- Elaborar e implantar roteiros turísticos focados nos objetivos da UC.
- Elaborar e implantar, em articulação com demais instituições e associações, roteiros de vivência de extrativismo de caranguejo nos manguezais protegidos pela unidade.
- Articular com pescadores e instituições interessadas a implantação de roteiro turístico de base comunitária.
- Realizar estudos para definição de proposta de turismo controlado em conjunto com a APA Municipal Serra do Guararu.
- Fortalecer e enriquecer o roteiro turístico de Anchieta nas Áreas de Interesse Histórico e Cultural - AIHC: Ortognaisses da Cama de Anchieta em Itanhaém e Ermida de Gauibê na AME Ponta da Armação em Guarujá .
- Incentivar e cadastrar os prestadores de serviços turísticos à atuar como parceiros da unidade.
- Incentivar e fomentar práticas turísticas de mínima intensidade.
- Normatizar os usos turísticos de baixo, médio e alto impacto em parceria com as Prefeituras.
- Incentivar e promover informações sobre Turismo de Base Comunitária em todas as possíveis variações (passeios, alimentação, artesanato, outros produtos e serviços) mediante os princípios da Economia Solidária.
- Incentivar estudos que viabilizem a capacidade suporte da implantação de um roteiro turístico de contemplação de rodolitos na Ilha da Queimada Grande.

Ordenamento das atividades turísticas nas praias de Itaguapé e Taniguá em conjunto com os órgãos responsáveis

- Incentivar a realização de estudos que identifiquem a capacidade suporte do meio natural .
- Promover reuniões com vista a normatização dos usos das praias de Itaguapé e Taniguá no âmbito da Câmara Temática de Planejamento e Pesquisa, órgãos municipais, associação de turismo e outros.
- Estimular roteiros de observação de aves nas praias de Itaguapé e Taniguá.
- Desenvolver estratégias de comunicação com os usuários.

Normatização de práticas turísticas de mínima intensidade

- Estimular estudos para viabilizar as Reservas de Surf.
- Reconhecer as Reservas de Surf como patrimônios naturais, culturais e também socioeconômicos.
- Estimular projetos de ações de combate ao lixo no mar, emissão de efluentes urbanos e industriais e urbanização massiva sobre as praias estabelecidas para Reserva do Surf.

3 - PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Estabelecer por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da UC.

DIRETRIZES	AÇÕES
Fortalecimento do diálogo e da compreensão da UC e seus regramentos com os segmentos da pesca profissional e amadora	Criar calendário e agenda de temas prioritários para encontros de diálogos com pescadores profissionais e amadores.
	Manter e ampliar os instrumentos de comunicação com pescadores buscando maior compreensão sobre regramentos e objetivos da UC, bem como das necessidades dos pescadores para sua reprodução social.
	Sinalizar, em parceria com pescadores e órgãos municipais, locais e regras de pesca a partir das praias.
	Divulgar boas práticas da pesca amadora (ex: cuidados com o meio ambiente, respeito às comunidades locais, atenção no manuseio do pescado, atuação em conformidade com a legislação).
	Atuar na formação dos guias de pesca para a interlocução com os pescadores amadores acerca dos interesses de conservação, apoio às atividades de pesquisa e monitoramento da atividade e promoção de boas práticas da pesca amadora.
	Fortalecer as organizações de pescadores para qualificar a participação na gestão dos recursos pesqueiros, utilizando a rede de contatos dos representantes e lideranças do segmento pesqueiro.
Articulação com os diferentes setores da sociedade para estabelecimento de ações conjuntas de Educação Ambiental e Comunicação	Elaborar e implantar Programa de Educação Ambiental da UC.
	Desenvolver projetos de comunicação para os diferentes públicos que interagem com o território, utilizando-se de ferramentas adequadas a cada público alvo, visando a sensibilização para a preservação dos recursos e a redução dos impactos ambientais.
	Presença da APA nos canais de comunicação (rádio comunitária, murais, mailings, revistas, redes sociais, cartazes em restaurantes e pousadas) e eventos e festas regionais da comunidade.
	Desenvolver exposições fixas e itinerante em espaços públicos com potencial de divulgação de informações sobre a UC (Aquário de Santos, Aquário do Guarujá, Museu de Pesca, Centro de Apoio Turístico).
	Divulgar boas práticas no uso de praias de zonas de baixa escala por meio da divulgação dos atributos protegidos no local.
	Definir uma agenda para realização de eventos comemorativos em datas temáticas da agenda Ambiental tais como Semana de Meio Ambiente, Dia da Água, Dia dos Oceanos.
	Estabelecer parcerias com o poder público e instituições locais para que os programas de Educação Ambiental da UC sejam destinados à diferentes públicos (escolas, centros de educação ambiental e centros comunitários) e /ou épocas do ano (datas comemorativas).
Fortalecimento da gestão participativa e integrada	Integrar as ações das UCs costeiras existentes para consolidar as mesmas como instância de ordenamento territorial e participação social.
	Formalizar termos de cooperação técnica com os municípios integrantes da APAMLC.
	Fortalecer o Conselho Gestor e as Câmara Temáticas como fóruns legítimos para a gestão participativa da APAMLC.
	Participar dos diferentes fóruns existentes (COMDEMAS, GERCO, Comitê de Bacia Hidrográfica, Agência Metropolitana, etc.) buscando a integração das ações de gestão costeira.
	Planejar ações integradas com órgãos públicos e UCs do entorno visando evitar e mitigar os impactos da urbanização desordenada e problemas de saneamento básico.
	Apoiar a criação de Planos de Gestão Costeira municipais.
	Propor parcerias com Centros de Pesquisas ligados aos desastres naturais, tais como o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta a Desastres Naturais (CEMADEN), para ciência e contribuições no plano de contingência para os eventos de extremos climáticos e meteorológicos. Desenvolver e fortalecer o Programa de Voluntariado e de estágio na UC.

4 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a integridade física, biológica e cultural da unidade.

DIRETRIZES	AÇÕES
Fortalecimento do SIMMar como instância de planejamento e monitoramento das ações de fiscalização e avaliação das ocorrências	Apoiar a realização das reuniões do SIMMar para planejamento e avaliação de ações de fiscalização ambiental, em conjunto com Pamb, CFA e demais órgão fiscalizadores convidados.
	Manter a rotina sistemática de fiscalização e monitoramento da APAMLC (entre saídas embarcadas, aéreas e terrestres, bem como o monitoramento da atividade pesqueira por satélite - PREPS).
	Manter e alimentar o banco de dados georreferenciado das ações de fiscalização na APAMLC em conjunto com a CFA.
	Avaliar e revisar periodicamente o componente ostensivo do Plano de Ação para fiscalização marítima.
	Articular e instrumentalizar agentes do SIMMar e de fora do Sistema Ambiental Paulista.
	Propor e provocar os entes responsáveis para que os recursos provenientes de autuações ambientais sejam revertidos em benefício à atividades de gestão da UC.
	Incentivar e apoiar a elaboração de um Guia de Procedimentos Operacionais para a Fiscalização Marítima Integrada entre Pamb, Fundação Florestal e CFA.
Fortalecimento e consolidação das ações do componente preventivo do SIMMAR	Elaborar o componente preventivo do Plano de Ação de Fiscalização do SIMMar.
	Elaborar um Programa de Comunicação de forma integrada entre os órgãos fiscalizadores e sociedade civil em particular as entidades representativas de pescadores, como componente preventivo do SIMMAR.
	Ampliar a distribuição de materiais informativos sobre a legislação pesqueira incidente e responsabilidade dos diferentes órgãos que normatizam e fiscalizam o território da APAMLC.
	Definir agenda de encontros com pescadores profissionais e comunidades locais para esclarecimento de dúvidas sobre as normativas de pesca e demais demandas relacionadas à fiscalização marítima.
Articulação com os diferentes órgãos de fiscalização para estabelecimento de ações conjuntas	Trabalhar campanhas de massa para conscientização e fiscalização de captura de caranguejos nos períodos de andada visando minimizar a extração de indivíduos fora dos padrões permitidos e por pessoas sem licença especial.
	Articular junto à Marinha do Brasil para intensificação de fiscalização quanto à documentação de embarcações, normas de navegação e impactos ambientais a exemplo da poluição marinha gerada por navios .
	Articular junto à Marinha do Brasil para inclusão das normas da APAMLC (áreas de exclusão de pesca) nas Cartas Náuticas.
	Articular junto à CETESB para fiscalização do descarte de poluentes no mar e praias.
	Articular estratégias para garantir o controle da velocidade de embarcações em área de estuário.
	Articular, via Termo de Cooperação Técnica, ações integradas de fiscalização com os municípios que compõem a APAMLC.
Implementação de infraestrutura, bens e treinamentos técnicos necessários para o desenvolvimento das atividades de proteção e fiscalização na UC	Acompanhar e contribuir com as ações do programa Litoral Sustentável nas áreas de pressão que envolvam áreas protegidas pela APAMLC.
	Estruturar e instrumentalizar a fiscalização da APAMLC.
	Promover capacitações e treinamentos de funcionários para ações de fiscalização marinha.
	Contratar guardas-parques para vigilância ambiental embarcada, priorizando pessoas com conhecimento local.

5 - PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Produzir e difundir conhecimentos que auxiliem a gestão da UC em suas diversas ações.

DIRETRIZES	AÇÕES
Articulação junto às instituições de pesquisa, ensino e fomento para viabilizar a realização de pesquisas prioritárias para a gestão e manejo dos recursos no território da UC	Realizar parcerias estratégicas com instituições financiadoras de projetos ambientais para criar linhas de ações específicas para demandas da APAMLC.
	Articular junto às instituições que desenvolvem pesquisas na região estudos para preenchimento das lacunas de conhecimento.
	Realizar encontros bianuais para divulgação e integração dos resultados das pesquisas realizadas na unidade.
	Articular com os pesquisadores para que os resultados das pesquisas sejam espacializados e disponibilizados a unidade de maneira padronizada de modo que possam ser utilizadas em plataformas de geoprocessamento.
Aprimoramento, manutenção e divulgação do banco de projetos de pesquisa em desenvolvimento na APAMLC	Criar um banco de demandas de projetos a serem propostos/desenvolvidos de modo a preencher lacunas de conhecimento mais emergentes da UC.
	Manter banco de dados com as informações dos projetos de pesquisas submetidos a UC, visando prever devolutivas dos resultados finais para a gestão do conhecimento, incluindo o envio de relatórios finais e, dentro das possibilidades, apresentação para o Conselho Gestor ou Grupo de Trabalho específico.
	Criar uma plataforma digital para divulgar as pesquisas submetidas à UC e indicar os temas prioritários de pesquisa e lacunas de conhecimento emergentes na UC.
	Incentivar pesquisadores a inscreverem suas pesquisas no COTEC.
	Incentivar a realização de pesquisas científicas e monitoramentos participativos, envolvendo a sociedade em geral e os usuários do território.
Aprimoramento do monitoramento ambiental realizado na UC buscando a avaliação da integridade do ambiente	Consolidar, em conjunto com institutos de pesquisa, protocolo de coleta de informações para o monitoramento ambiental da UC.
	Estabelecer parâmetros e indicadores para subsidiar a adoção de medidas de manejo e gestão.
	Criar e alimentar um banco de dados com os resultados dos monitoramentos da APAMLC.
Articulação e formação de parcerias para a realização de monitoramento de parâmetros ambientais e sociais prioritários para a gestão e manejo dos recursos no território da UC.	Propor e implantar medidas de manejo experimental e monitorar sucesso de técnicas de redução de impactos ambientais.
	Capacitar segmentos da sociedade e os usuários da APAMLC para realizar monitoramento participativo.
	Articular com instituições executoras de programas de monitoramento já existentes no território, visando integração de ações e fornecimento de subsídios às tomadas de decisão da gestão.
	Articular com instituições que realizam monitoramento da pesca profissional para inclusão do monitoramento da pesca amadora na UC.
	Incentivar a participação dos pescadores no Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira realizado pelo Instituto de Pesca.
	Articular monitoramento que abranja desembocaduras dos canais estuarinos para identificar possíveis fontes difusas ou remotas de contaminação.
	Monitorar áreas com risco de erosão e áreas com invasão por espécies exóticas.
	Mapear e incentivar pesquisa de monitoramento das áreas submersas prioritárias para a conservação (ilhas, lajes e parciais).
	Incentivar a integração de pescadores com pesquisadores para auxiliar nas definições de metodologias no território utilizando os saberes locais.
	Desenvolver, conjuntamente com a CETESB, um Plano de Ação para o monitoramento da qualidade da água e sedimento e avaliação de riscos de contaminação (maré-vermelha).
	Promoção de estudos para criação de unidade de conservação em trechos do território da APAMLC

6 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Ordenar as atividades econômicas desenvolvidas na UC e incentivar a adoção de boas práticas visando o desenvolvimento sustentável do território.

DIRETRIZES	AÇÕES
Criação e fortalecimento de instrumentos de ordenamento pesqueiro buscando a sustentabilidade da atividade e dos recursos naturais.	Cadastrar as embarcações e os pescadores profissionais locais que atuam na UC.
	Desenvolver e aprimorar medidas de estímulo ao recrutamento de espécies-alvo da pesca, tais como: proibição da captura de indivíduos nas fases mais críticas de suas vidas (defeso); criação de novas áreas de exclusão de pesca, etc.
Incentivo e valorização das atividades pesqueiras artesanais como meio de uso sustentável dos recursos naturais	Desenvolver ações para valorização da pesca artesanal através da certificação de origem do pescado, oriundo de pescarias que observem o Código de Conduta da FAO para uma Pesca Responsável.
	Articular parcerias para realização de cursos anuais de reciclagem dos pescadores.
	Incentivar o consumo do pescado de origem sustentável.
	Incentivar a pesquisa e o uso pelos pescadores de formas de manejos e dispositivos em artes de pesca que evitem à captura acidental.
	Formalizar junto às prefeituras o estabelecimento de acesso à praia pelos pescadores artesanais.
	Incentivar o desenvolvimento de alternativas geradoras de renda, baseadas nos princípios da Economia Solidária, para grupos e comunidades dependentes dos recursos naturais existentes na APAMLC.
Articulação interinstitucional buscando fortalecimento e estruturação da cadeia produtiva da pesca profissional	Articular junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itanhaém para que os pescadores tenham acesso a venda do pescado para o Banco de Alimentos.
	Ampliar ações conjuntas com órgão públicos e atores do segmento pesqueiro visando promover a estruturação da cadeia produtiva da pesca profissional.
Articulação interinstitucional buscando adequar normativas externas que são incompatíveis com a realidade da pesca local	Articular junto aos órgãos competentes a regularização da documentação das embarcações e dos pescadores.
	Articular junto aos órgãos competentes os devidos ajustes na INI MPA/MMA nº 12/2012 buscando a permissão da pesca de emalhe por embarcações motorizadas na 1ª milha náutica; INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 166 DE 18 DE JULHO DE 2007; INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA/MMA Nº 10, DE 10 DE JUNHO DE 2011* .
	Articular junto aos órgãos competentes o ajuste no período de defeso do camarão-sete-barbas.
Discussão dos temas prioritários para a pesca sustentável por meio da Câmara Temática de Pesca.	Contribuir com a implantação e a execução das ações previstas no Plano Nacional de Recuperação dos bagres marinhos, incluindo o bagre-branco.
	Avaliar a necessidade de adequação do tamanho mínimo e máximo das malhas para as modalidades de pesca emalhe de superfície e fundo (IN IBAMA 166/2007 e INI MPA/MMA 12/2012).
	Aprofundar a discussão visando a adequação da pesca de emalhe de superfície/rede boiada (IN IBAMA 166/2007).
	Revisar a Resolução SMA Nº 51 de 2013 que "Regula o exercício de atividades pesqueiras profissionais realizadas com o uso de redes nas praias inseridas nos limites da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro, criada pelo Decreto nº 53.526, de 8 de outubro de 2008, e dá outras providências" nas partes que regra sobre a horário, petrecho de pesca e descrição técnica das artes de pesca.
	Estudar propostas de regularização de manejo sustentável de espécies proibidas para subsistência da comunidade local - Corrupto (<i>Callichirus major</i>).
	Discutir na Câmara Temática de Pesca proposta de ordenamento da pesca de camarão sete barbas.
	Estudar propostas de regularização do exercício da pesca amadora nas praias - considerando questões de horários, locais e praias.
Avaliar a necessidade de estabelecer novos limites de tamanho, peso e cotas para a captura de espécies-alvo da pesca amadora.	
Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca amadora buscando a sustentabilidade da atividade e dos recursos naturais.	Cadastrar embarcações, guias e operadoras que prestam serviços à pesca amadora.
	Levantar informações com o setor da pesca amadora acerca das principais espécies capturadas, número de capturas, pontos de pesca, sazonalidade das capturas, iscas utilizadas, origem do público-alvo, etc.
	Realizar treinamentos sobre boas práticas de pesca com guias de pesca e pescadores esportivos, abordando métodos menos agressivos de captura e manuseio dos animais visando maior sobrevivência no pesque-e-solte.
Aproximação da gestão da UC com o setor produtivo da aquicultura	Estabelecer o diálogo com o setor produtivo da aquicultura, buscando um canal para troca de informações.
	Traçar estratégias conjuntas visando o desenvolvimento sustentável da produção.
	Mapear criações de iscas vivas nos manguezais protegidos pela APAMLC.
Permanência e manutenção do modo de vida das comunidade pesqueiras tradicionais	Consolidar o território de pesca em Peruibe (setor Carijó) e Prainha Branca (Setor Guaibe) priorizando o uso do território pela comunidade local ou com ela acordada como forma de garantir a permanência e o modo de vida das comunidades pesqueiras tradicionais dentro da APAMLC.
	Incentivar pesquisas que visam o uso adequado do resíduo do coral sol removido para fins de artesanato.
Apoio à Economia Solidária	Promover o avanço do processo de gestão da captura do caranguejo-uçá, por meio da promoção de práticas de pesca responsável, valorização do produto, redução da mortalidade, promoção do comércio justo e consciente, valorização do caranguejeiro.
	Realizar levantamentos e participar da execução de propostas voltadas para a inclusão produtiva e emancipação das mulheres em situação de vulnerabilidade, que sejam moradoras ou usuárias do território/recursos da APAMLC.
	Estabelecer parcerias com os órgãos competentes para estimular a economia solidária nas comunidades pesqueiras.
	Estimular o aproveitamento integral do pescado e seu resíduo para geração de renda extra à familiares dos pescadores.
	Promover cursos de economia solidária para comunidades pesqueiras e tradicionais.